



# Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**LEI MUNICIPAL Nº. 893, DE 02 DE ABRIL DE 2009.**

### **DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO,  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a  
seguinte Lei:

**Art. 1º** - As indenizações de diárias, a que os agentes  
públicos do Município de Marechal Floriano faz jus, nos afastamentos para  
atendimento a interesses institucionais, serão concedidas na forma expressa desta Lei.

**Art. 2º** - Ao agente público que a serviço ou para participar  
de curso, congresso, seminário e eventos de interesse institucional, se desloque do  
município no qual tem exercício regular, desde que devidamente autorizado, e em  
caráter eventual e transitório, é concedido, além de transporte e/ou passagem, diária  
para cobrir as despesas de hospedagem e alimentação.

**Parágrafo único.** Aplica-se o teor do caput deste artigo ao  
servidor público civil ou militar colocado à disposição do Município de Marechal  
Floriano, observados os critérios e valores estabelecidos para os demais cargos e  
funções, desde que não indenizados por seu órgão de origem.

**Art. 3º** - A diária destinada a indenizar o agente público pelas  
despesas extraordinárias de alimentação e pousada será concedida por dia de  
afastamento da sede do serviço, sempre que houver pernoite.

§ 1º - Quando não houver pernoite e o afastamento ocorrer  
por um período superior a 06 (seis) horas, o agente público terá direito a 50%  
(cinquenta por cento) do valor da diária.

§ 2º - Não será devida diária quando o deslocamento de que  
trata este artigo ocorrer dentro do Município de Marechal Floriano.

§ 3º - A concessão de diárias está limitada em 10 (dez)  
diárias mensais, podendo em casos excepcionais, ser concedido de forma antecipada,  
respeitado este limite.



## Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

### ESTADO DO ESPIRITO SANTO

**Art. 4º** - Não será concedida diária nas situações que o deslocamento da sede constitui exigência permanente para o desempenho das atividades inerentes ao cargo.

**Art. 5º** - No deslocamento para fora de Estado, dentro dos limites do território nacional, o agente público fará jus a uma complementação da diária correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor, destinada a cobrir as despesas com transporte urbano.

**§ 1º** - Esta complementação será concedida juntamente com o pagamento das diárias.

**§ 2º** - A complementação citada no *caput* não será devida quando o transporte ocorrer em veículo oficial ou em veículo de propriedade do agente público quando este receber indenização por quilometragem.

**Art. 6º** - Os valores das diárias dos agentes públicos estão expressos em real, e fixados no Anexo I desta Lei.

**Art. 7º** - A indenização de que trata esta lei será paga antecipadamente, ou após a realização da viagem, neste caso, em caráter de emergência, desde que devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas.

**Art. 8º** - O agente público deverá requerer a indenização a que fizer jus pelo afastamento, com antecedência de, pelo menos 03 (três) dias úteis, podendo, em caráter emergencial, ser requerida no próprio dia da viagem.

**Parágrafo único.** O ato de concessão deverá conter, no mínimo, o nome do servidor, o respectivo cargo ou a função, a descrição objetiva do serviço a ser executado, a indicação dos locais onde o serviço será realizado, o período provável do afastamento e, o valor unitário, a quantidade de diárias e a importância a ser paga.

**Art. 9º** - Quando devidamente justificado, poderá haver prorrogação de prazo do afastamento previsto nesta lei, respeitados os limites nela estabelecidos, caso em que o agente público fará jus à complementação da indenização inicialmente concedida.

**Art. 10** - Até o quinto dia útil após o regresso do afastamento, o agente público deverá protocolar ofício destinado a Secretaria Municipal de Finanças, contendo a devida prestação de contas, que deverá ser composta de boletim de diárias e relatório de viagem, devidamente datados e assinados.

**§ 1º** - Compete a Secretaria Municipal de Finanças analisar a





## Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

### ESTADO DO ESPIRITO SANTO

prestação de contas podendo requerer, quando necessária, a regularização ou complementação de dados e documentos, inclusive, tomar providências quanto a reposição de importância paga indevidamente, que neste caso, deve ser efetuada no prazo máximo de cinco dias úteis, após a notificação do agente público pelos serviços de contabilidade.

§ 2º - Após a análise e, quando for o caso, regularização do processo de prestação de contas, a Contabilidade o encaminhará para ciência e aprovação do Ordenador de Despesas.

**Art. 11** - Serão restituídas pelo servidor, em cinco dias contados da data do retorno à sede originária de serviço, as diárias recebidas em excesso.

**Parágrafo único** - Também serão restituídas, em sua totalidade, no mesmo prazo estabelecido no caput deste artigo, as diárias recebidas pelo servidor quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento.

**Art. 12** - Decorridos os prazos previstos nos artigos 10 e 11, e não tendo ocorrido o ressarcimento devido aos cofres municipais, fica o Poder Executivo autorizado a fazer o devido desconto em folha de pagamento.

**Art. 13** - Os valores das diárias fixados no Anexo I desta lei serão corrigidos anualmente, no mês de janeiro de cada exercício, através de Decreto Municipal, aplicando o índice do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), acumulados do exercício anterior.

**Parágrafo único** - Ocorrendo reajuste no valor da diária durante o afastamento do agente público, será este reembolsado da diferença.

**Art. 14** - É expressamente proibida a concessão de qualquer diária ao agente público que ainda não tenha prestado contas ou que esteja com pendência em processo de diária anterior.

**Art. 15** - Será promovida a responsabilidade administrativa e, se for o caso, penal da autoridade e/ou beneficiado que deixar de cumprir as normas desta Lei e demais legislações que tratam de assunto inerente.

**Art. 16** - Os recursos necessários para cobertura das despesas advindas desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes de cada Secretaria Municipal, no elemento de despesas 3.3.3.90.14.00 (diárias pessoal civil).



# Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Art. 17** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art.18** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nº. 770/2008 e a nº. 824/2008.

Marechal Floriano, ES, 02 de abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**ELIANE PAES LORENZONI**

Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Marechal Floriano  
SANCIONO A PRESENTE LEI

QUE RECEBE O Nº 893 / 2009

EM, 02 / 04 / 2009

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL



**Prefeitura Municipal de Marechal Floriano**  
**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

**ANEXO I**

<b>CARGO/FUNÇÃO/NÍVEL</b>	<b>NO ESTADO</b>	<b>FORA DO ESTADO</b>
Prefeito e Vice - Prefeito	R\$ 400,00	R\$ 600,00
Secretários Municipais e Procurador Geral	R\$ 250,00	R\$ 400,00
CC1, CC2, IX	R\$ 150,00	R\$ 300,00
CC2-A, VII, VIII	R\$ 100,00	R\$ 150,00
CC3, CC4, CC5, CC5-A	R\$ 80,00	R\$ 125,00
I, II, III, IV, V e VI		
Demais cargos, funções e conselheiros tutelares	R\$ 50,00	R\$ 100,00

Rua David Canal, nº 57, Centro, Marechal Floriano - ES - CEP 29255-000  
Telefax: (0\*\*)27 3288 1367 - (0\*\*)27 3288 1111 - Em@il : [prefeitura.marechal@gmail.com](mailto:prefeitura.marechal@gmail.com)